

**Processos de contextualização e paradigma comunicacional:
o ponto de vista êmico para uma abordagem praxiológica da comunicação**

*Contextual processes and communicational paradigm:
the emic point of view for a praxiological approach of communication*

Victor Eduardo BRAGA¹

Resumo

O texto mostra a necessidade da adoção do ponto de vista êmico da etnometodologia para as análises dos processos comunicacionais. Argumenta-se que o tratamento rigoroso dado ao processo de contextualização feito pelos participantes de uma interação, em detrimento de uma análise em que o arcabouço contextual do pesquisador se impõe aprioristicamente, é o caminho mais eficaz para a produção de conhecimento que leve em conta, de maneira decidida, o caráter praxiológico dos processos comunicacionais. Enxergando, diante disso, a noção de contexto como fundamental, objetivamos mostrar que ele não é formado apenas por dados objetivos mas também por uma construção intersubjetiva dos participantes de uma interação comunicacional concreta. Assim, tanto as situações sociais quanto a dimensão sociocultural de uma sociedade são realizações de seus membros e não dados pré-existentes ao momento da interação – mesmo que uma cultura, estruturas sociais e tipos de situação interacional tenham uma historicidade concreta.

Palavras-chave: Contexto. Etnometodologia. Interação.

Abstract

The text shows the need to adopt the emic point of view of ethnomethodology for the analysis of communicational processes. It is argued that the rigorous treatment given to the process of contextualization made by the participants of an interaction, to the detriment of an analysis in which the contextual framework of the researcher imposes aprioristically, is the most effective way to produce knowledge that takes into account, in a decided manner, the praxiological character of the communicational processes. We aim to show that the context is not only formed by objective data but also by an intersubjective construction of the participants of a concrete communication interaction.

¹ Doutorando em Ciências da Comunicação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL). Professor do Departamento de Comunicação (Decom) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: victorbbraga@gmail.com

Thus, both social situations and the sociocultural dimension of a society are embodiments of its members rather than pre-existent data at the time of interaction - even if a culture, social structures and types of interactional situations have a concrete historicity.

Keywords: Context. Ethnomethodology. Interaction.

Introdução

As diversas ciências humanas e sociais apresentam, segundo Louis Quéré, paradigmas divergentes em relação à abordagem que fazem dos fenômenos comunicacionais. Mas, apesar da variedade de campos de saber que dedicam parte de suas preocupações a observar os processos comunicacionais, o autor consegue enxergar duas grande concepções de comunicação que animam as pesquisas ali produzidas:

Parece que, de fato, podemos opor esquematicamente duas grandes concepções de comunicação. Uma delas é ‘epistemológica’ no sentido de que funciona em termos de produção e transferência de conhecimento sobre o mundo e as pessoas; ela evoca, por sua essência, o esquema de representação. A outra é ‘praxiológica’ e evoca o esquema da constituição de um mundo comum pela ação, ou, como se diz, por vezes, nas ciências sociais, o esquema de ‘construção social da realidade’. Parece-me que só a segunda concepção é susceptível de alimentar a mudança de paradigma para uma abordagem comunicacional dos fenômenos sociais (1991, pág.72, tradução nossa)

Segundo Quéré, como vimos acima, só o abandono de uma concepção ‘epistemológica’ em favor de uma concepção ‘praxiológica’ da comunicação seria capaz de dotar os diversos campos de saber que abordam os fenômenos comunicacionais com um paradigma efetivamente comunicacional.

Diante disso, advogaremos que a devida atenção à noção de **contexto** pode não só ser bastante produtiva para observarmos a dicotomia apresentada por Quéré, como também nos estimular a buscar de modo mais efetivo uma maior aproximação às concepções praxiológicas da comunicação.

Se, nas pesquisas produzidas sob uma perspectiva epistemológica da comunicação – em que o mundo e seus indivíduos são concebidos como mônadas possuidoras de uma fixidez ontológica – a ideia de variação contextual da realidade é

obscurecida em favor de uma suposta realidade objetiva homogeneizadora das possibilidades de experiência, numa concepção praxiológica, contudo, as diferenças socioculturais que inserem os indivíduos no mundo – tornando-os sujeitos sociais - passam a ser objeto de análise, justamente por serem elas importantes moduladoras da experiência.

Mas, aqui, chegamos a um ponto importante e que merece algum cuidado: estar consciente de que a inserção dos indivíduos no mundo é mediada por uma dimensão sociocultural – ou seja, pelo macrocontexto que delimita suas experiências – não nos garante de modo automático que nosso olhar para os fenômenos comunicacionais seja efetivamente praxiológico (embora seja um passo muito importante). O que aqui iremos argumentar é que, além da consciência da importância da dimensão sociocultural para a modulação da experiência que os indivíduos tem do mundo, devemos também perceber que essa dimensão não é apenas formada por características objetivas mas também por características intersubjetivas. Esse é um passo importante para que não restem resíduos deterministas quando da passagem de uma abordagem informacional da comunicação (ou ‘epistemológica’) para uma abordagem relacional (ou ‘praxiológica’). Tentaremos, a seguir, mostrar o porquê dessa afirmação.

1 Autonomia dos sujeitos no processo de contextualização

A dimensão sociocultural da vida social – que aqui encaramos como seu macrocontexto - não é, como iremos explicar em seguida, puramente objetiva, pois só se realiza em situações sociais concretas que, por sua vez, são construídas por indivíduos autônomos.

De acordo com Goffman, “uma situação social emerge a qualquer momento em que dois ou mais indivíduos se encontram na presença imediata um do outro e dura até que a penúltima pessoa tenha se retirado” formando assim “um ambiente que proporciona possibilidades mútuas de monitoramento” (2013, pág. 17). Embora a definição goffmaniana de situação social possa ser lida de maneira mais ou menos estrita – ao sabor de diferentes preferências e pontos de vista – o fato é que as situações sociais, que são a expressão concreta da vida social, só se engendram através de indivíduos em efetiva relação. E, mesmo que esses indivíduos tenham que observar as

regras formadas pela parte objetiva da dimensão sociocultural da vida social – constituídas pelas *normas, valores e institucionalidades* que foram por eles apreendidos em seus processos de socialização - eles tem autonomia para utilizar essas regras de acordo com o(s) foco(s) de atenção que, conjunta e concertadamente, elegem com seus interlocutores dentro de um encontro interacional fundando, assim, uma situação social concreta. A dimensão sociocultural da vida social é, por isso – apesar de possuir dados objetivos – sempre uma construção conjunta dos participantes de uma situação social já que esses, intersubjetivamente, escolhem, dentre as possibilidades que lhes aparecem no momento do encontro, as que lhes parecem, ali, adequadas aos seus propósitos locais.

Se não houvesse a possibilidade de manejo nas regras oriundas da dimensão sociocultural, todos os indivíduos que compartilhassem as mesmas posições sociais e os mesmos valores culturais estariam fadados a agir do mesmo modo nas diversas situações sociais em que se encontram, condenados a experiências imutáveis em sua relação com o mundo. Notamos pois que, em relação a essa rigidez experiencial na relação com o mundo, uma concepção que admite uma mediação macrocontextual, mas encara esse contexto sociocultural como algo objetivo, se assemelha bastante a uma concepção epistemológica da comunicação que desconsiderava a atuação da dimensão sociocultural da vida social. Ao contrário disso, há uma autonomia no uso das regras de funcionamento da dimensão sociocultural da sociedade que faz com que os indivíduos possam, enfim, ajustar sua experiência do mundo sem que estejam completamente dependentes dos arranjos sistêmicos (as características mais puramente objetivas da dimensão sociocultural) que tomam forma na sociedade em que vivem.

Sobre a questão da autonomia dos sujeitos (e a relação dessa questão com um paradigma propriamente comunicacional), Adriano Duarte Rodrigues sintetiza da seguinte maneira:

O paradigma da comunicação tem em conta que cada um dos seres humanos encontra o mundo já estruturado e organizado em categorias que lhe fornecem os quadros que constituem, situam e dão sentido à experiência e que, da interiorização desses quadros, depende a aquisição da competência comunicacional que os habilita a adoptar os comportamentos adequados, tanto do mundo natural, quanto do mundo intersubjectivo e do mundo subjectivo. Mas esta interiorização não é uma aprendizagem mecânica de regras e de normas de comportamento; é uma atividade que conta precisamente com a constituição de sujeitos autónomos para jogar com essas regras e

explorá-las apropriadamente. É por isso que [...] o timbre da experiência é a competência para violar apropriadamente as regras, contando com a decisão autônoma do sujeito tendo em vista a sua adequação à natureza imprevisível dos fenômenos. Esta competência para a violação apropriada das regras, a que Paul Grice (1975) deu o nome de exploração das regras, é um dos aspectos que o paradigma comunicacional permite tematizar e pôr em relevo, uma vez que é nesta relação dialéctica que se constitui a aplicação da regra como, ao mesmo tempo, o seu cumprimento e a sua violação, que se ultrapassa a clássica oposição entre o paradigma fundado na supremacia do sujeito e o paradigma fundado na supremacia do sistema. É, de facto, na aplicação da regra que os seres humanos fundam a sua experiência, mas é através da sua violação apropriada que se constituem como sujeitos autônomos (2011, pág. 255 e 256)

Portanto, a autonomia exercida pelos indivíduos na construção de um macrocontexto sociocultural para as situações sociais que fundam em suas interações cotidianas – mesmo que esse macrocontexto apresente uma dimensão que é objetiva – se dá através da exploração intersubjetiva das regras colocadas por essa dimensão objetiva. Essa exploração das regras é o que vai permitir aos sujeitos, diante da imprevisibilidade dos fenômenos, a escolha dentre diversas alternativas possíveis colocadas pelas regras e até mesmo a sua violação.

Mas como seria, exatamente, que os participantes de uma situação social poderiam explorar à sua maneira as regras colocadas pelos dados objetivos da dimensão sociocultural da vida social? Acreditamos que a resposta para isso nos é fornecida de maneira bastante produtiva pela etnometodologia – e é a etnometodologia o que, por sua vez, irá nos mostrar um caminho rumo àquele olhar efetivamente praxiológico que, como dissemos acima, não se garante apenas com a consciência da existência de uma dimensão sociocultural da vida social mas sim, como pretendemos explicitar, pela consciência de que são os próprios indivíduos em interação que constroem, concertada e situadamente, a dimensão sociocultural específica das interações em que participam.

1.1 A etnometodologia: estudando a exploração, feita pelos sujeitos em interação, das regras socioculturais

A etnometodologia - embora o termo possa gerar certa confusão - não se trata de uma metodologia de pesquisa (ainda que essa área de estudos apresente certos métodos recorrentes e próprios de se olhar a realidade). Trata-se de um campo de saber, gestado

dentro da sociologia, que tem como objeto de estudo os métodos através dos quais as pessoas, em seu cotidiano, constroem as situações sociais em que se inserem, de modo a que essas deem sentido ao mundo no aqui e agora do encontro interacional que as fundou. Segundo Gastaldo e Watson, “o termo ‘etnometodologia’ foi criado por Garfinkel e apresentado em seu livro fundacional *Studies in Ethnomethodology* (1967), referindo-se ao estudo (logos) dos métodos usados pelas pessoas/grupos (ethnos) em suas vidas cotidianas, entendidos como processo de produção de sentido. Assim, temos etno+método+logia.” (2015, pág. 13).

Numa perspectiva etnometodológica, a maneira como as pessoas constroem um sentido para a realidade se dá através da exploração, local e situada, de um estoque de conhecimentos comuns dos membros de determinada sociedade – seu senso comum, formado por aquelas normas, valores e regras compartilhadas (inclusive as regras de interação) que compõem os dados objetivos da dimensão sociocultural da vida social. A exploração – feita por sujeitos autônomos - dessas regras compartilhadas (regras socioculturais) constroem um contexto particular para o aqui e agora de um encontro interacional formando, assim, uma situação social concreta. É esse contexto específico de uma situação social, construído no aqui e agora pelos seus participantes o que vai permitir uma chave de leitura para a produção e interpretação de suas ações, dizeres e comportamentos não verbais ali produzidos. Ou seja, os participantes de uma interação comunicacional criam – através da utilização local e situada de métodos baseados em seu senso comum interacional (os etnométodos) – um contexto comum para que possam gerar possibilidades de entendimento e, com isso, um processo de criação intersubjetiva de sentido para o mundo. Como salientam Goodwin e Duranti, “o que a etnometodologia [...] definiu como o problema da intersubjetividade pode ser visto como uma tentativa de responder a questão sobre como os membros negociam ou realizam um contexto comum” (1997, pág.27, tradução nossa).

Desse modo, não seria descabido dizer que a comunicação é um processo de criação de um contexto comum – através da exploração autônoma de etnométodos interacionais – para que se gere possibilidade de entendimento (ou seja, no processo comunicacional, os participantes criam conjuntamente, através da exploração local autônoma de etnométodos interacionais, um quadro interpretativo comum – o contexto – para que possam mutualizar seus mundos cognitivos interiores através de processos

inferenciais sobre as expressividades uns dos outros e, assim, criarem intersubjetivamente sentidos para o mundo no aqui e agora da interação em que participam).

Enfim, é através dos etnométodos que os participantes de uma interação dão sentido ao mundo em que estão inseridos no aqui e agora de uma interação. Como salientam Gastaldo e Watson, “o objetivo da etnometodologia é trazer à luz as regras e os princípios que tomamos como dados, mas por meio dos quais cada um de nós faz ‘o mundo’ ter sentido” (2015, pág.15)

Sem dúvida, dentre todo o estoque de saberes que temos sobre as regras e princípios organizadores dos dados objetivos da dimensão sociocultural da vida social, dos mais importantes são os saberes procedimentais que utilizamos para interagirmos uns com outros, pois é através da interação que conseguimos colocar a girar e a utilizar, ao nosso modo, todo o estoque de saberes advindos das regras e normas da vida sociocultural como um todo. É por isso que Emanuel Schegloff (2006) afirma que a interação é a infraestrutura para as instituições sociais e a arena pela qual a cultura é realizada.

É através do conhecimento dos procedimentos interacionais sistematizados – os etnométodos - que os indivíduos em interação conseguem colocar a girar todo conhecimento que têm do mundo social de forma particular, consoante com a situação que criam conjuntamente. Esses procedimentos interacionais, segundo Schegloff (2006), tem que ser robustos o suficiente e flexíveis o suficiente. Robustos o suficiente para que tenhamos sempre a mão, enquanto interagentes, parâmetros interacionais perenes que não estão a se modificar a toda a hora e nem em todo lugar; e flexíveis o suficiente para que possamos, enfim, explorar de diferentes maneiras – e até mesmo violar – as regras dos dados objetivos da vida sociocultural, construindo assim uma situação social particular. É importante ressaltar que os próprios procedimentos interacionais, enquanto regras advindas de um senso comum, podem da mesma forma, também eles, serem explorados e até mesmo violados. Aliás, é justamente isso o que possibilita a exploração, à nossa maneira, de todo o estoque de conhecimentos que temos sobre as regras socioculturais no seu todo.

A autonomia dos sujeitos está, então, em sua capacidade de exploração das regras fornecidas pelos dados objetivos da dimensão sociocultural através do manejo

das regras colocadas pelos dados objetivos da dimensão interacional, fazendo com que a dimensão sociocultural, em sua realização prática e concreta – nas diversas situações sociais que compõem a vida social – se dê sempre de maneira intersubjetivada através da interação comunicacional concreta dos indivíduos. Deve-se a isso a afirmação de Garfinkel de que as pessoas não são *idiotas culturais*.

Com isso, podemos compreender que o macrocontexto fornecido por uma dimensão sociocultural da vida social – ou simplesmente contexto sociocultural – é algo realizado pelos participantes e não puramente um dado objetivo. E, mais importante, a realização desse contexto sociocultural é construída pelas maneiras concretas e *suis generis* com que os participantes de uma situação social se utilizam das regras interacionais padronizadas fornecidas por seu conhecimento de senso comum. Ou seja, é através de um microcontexto interacional – que iremos chamar aqui de contexto enunciativo – que os participantes de uma interação constroem um macrocontexto (contexto sociocultural). Portanto, é através da elaboração, conjunta e concertada, de etnométodos interacionais que os participantes de uma interação constroem um microcontexto através do qual se dará a ver o macrocontexto intersubjetivamente por eles realizado.

Não é por outra razão que os autores com perspectivas etnometodológicas advogam que é na interação – na dimensão micro da sociedade, portanto - que a sociedade é realizada e que a cultura e as estruturas sociais, sua dimensão macro – ao contrário de serem puramente objetivas – são sempre realizações intersubjetivas e situadas ou, dito de outra forma, são sempre cultura-em-ação (Hester e Englin, 1997) e estruturas-em-ação (Boden e Zimmerman, 1991). Desse modo, se não adotarmos o ponto de vista êmico colocado pela etnometodologia – que busca a perspectiva contextual dos participantes da interação e não a perspectiva contextual do pesquisador - estaremos fadados a não alcançar uma visada praxiológica da comunicação e, com isso, as pesquisas sobre os fenômenos sociais não ultrapassarão o determinismo que, apesar de tão denunciado, não raro é insuficientemente combatido em termos práticos.

Diante disso, se quisermos auscultar a realidade que é construída em determinada situação social, não podemos nos furtar a buscar compreender o modo como as pessoas organizam a interação que ali se desenrola. É só percebendo essa organização – feita através da utilização local e situada dos saberes de senso comum

sobre os procedimentos interacionais da fala-em-interação – que poderemos perceber não só o microcontexto enunciativo quanto também o macrocontexto sociocultural que é sustentado por esse microcontexto e, desse modo então, poder dizer algo sobre as versões da realidade por eles ali construídas.

2 Sobre a noção de contexto

Contudo, um dos problemas em se trabalhar com a noção de contexto é a dificuldade em defini-la. Charles Goodwin e Alessandro Duranti na introdução do livro que, juntos, organizaram – “Rethinking Context: language as an interactive phenomenon”, uma obra que reúne trabalhos de importantes pesquisadores que se debruçaram sobre essa questão - dizem que apesar dessa dificuldade e até mesmo impossibilidade de definição – dada uma multiplicidade de níveis de contexto a depender do foco de atenção que, numa situação, os participantes estão a contextualizar – isso não deve ser um motivo para se desestimular a exploração dos fenômenos de contextualização:

Não parece possível, no momento atual, dar uma definição técnica única e precisa de contexto e, eventualmente teríamos de aceitar que essa definição pode não ser possível. [...] De nossa perspectiva, a falta de uma única definição formal, ou mesmo um acordo geral sobre o que se entende por contexto, não é uma situação que necessariamente requeira um remédio. Ao contrário, o fato de que tantos pesquisadores reconhecem a importância do contexto e estão ativamente envolvidos na tentativa de desvendar como ele funciona é o que faz esse conceito fornecer um foco tão produtivo para estudo no atual momento (1997, pág.2, tradução nossa)

Mas, apesar da dificuldade de definição, Goodwin e Duranti propõem uma generalização sobre o fenômeno do contexto que, embora não seja uma definição minuciosamente formalizada, nos apresenta um parâmetro muito claro sobre o que seria, para eles, a principal característica do fenômeno: o contexto é um quadro interpretativo – *frame*, nas palavras de Goffman – que se relaciona (dando sentido) a algum *foco de atenção* dos participantes de uma interação.

Quando a questão do contexto é levantada, é tipicamente argumentado que o evento focal não pode ser adequadamente compreendido,

interpretado apropriadamente ou descrito de forma relevante a menos que se olhe além do próprio evento em direção a outros fenômenos (por exemplo, o ambiente cultural, a situação da fala, as suposições compartilhadas) dentro das quais o evento está incorporado ou, alternativamente, que as características da própria fala invoquem suposições de fundo particulares que sejam relevantes para a organização da interação subsequente. O contexto é, portanto, um quadro (Goffman 1974) que envolve o evento que está sendo examinado e fornece recursos para sua interpretação apropriada (1997, pág. 3, tradução nossa)

Na perspectiva etnometodológica que aqui assumimos – e que, por sinal, percorre grande parte da obra de Goodwin e Duranti acima citada – esse background interpretativo – o *frame* que dá sentido aos eventos focais dos participantes - é construído de dentro da interação, como dissemos, pela exploração dos etnométodos interacionais por seus participantes concretos.

Diante dessa definição – do contexto como sendo o quadro interpretativo que envolve um foco de atenção construído por uma interação – a perspectiva êmica da etnometodologia faz ainda mais sentido: o foco de atenção deve ser sempre aquele *dos participantes* da interação pois, se assim não fosse, estaríamos fadados a enxergar um contexto que não forneceria sentido e, por conseguinte, não conseguiria explicar a construção da realidade realizada num evento focal qualquer. Se o pesquisadores estiverem focados em suas próprias agendas e não nas dos participantes, o que encontrarão, por fim, é um contexto que diz muito mais sobre eles mesmos do que sobre aquele que, efetivamente, produz um quadro interpretativo sobre a interação em análise e, dessa forma, produzirão análises que, por descontextualizadas, não conseguirão compreender o que se passa na interação. Se o contexto é o que envolve um foco de atenção, então ele deve ser aquilo que envolve o foco de atenção dos participantes e não o do pesquisador.

Talvez seja por essa razão que as perspectivas mais estritamente etnometodológicas da análise da fala-em-interação estimulam que os pesquisadores façam a observação dessas interações sem terem um problema prévio a analisar. Os problemas a se analisar deveriam ser aqueles sobre a construção de sentido para o mundo dado pelos próprios participantes no momento mesmo em que constroem a situação social através dos etnométodos que criam um contexto enunciativo para essa

situação. Daí a incontornável importância do contexto de enunciação (o microcontexto de uma interação).

Entre outras funções, o microcontexto da interação – que cria um quadro interpretativo para a situação social por ele gerada - também tem a função de ser um verdadeiro contexto para a construção do macrocontexto – ou contexto sociocultural. Essa afirmação não pode, contudo, adotar uma perspectiva fixa e reificada da situação interacional (a microdimensão da sociedade) sob o risco de perpetuarmos o determinismo. O microcontexto que forma um quadro interacional para determinada situação social não atua se impondo aos participantes – já que esses podem sempre, em um processo tentativo de negociação intersubjetiva, mudar, passo a passo e concertadamente, esse microcontexto – mas como horizonte para exploração sequencial, pelos participantes, das próprias regras engendradas ali naquele quadro interacional. A perspectiva sequencial que observamos na *Conversation Analysis* nos mostra que o contexto (tanto micro quanto macro) é construído passo a passo, pelos participantes que podem, a qualquer momento, efetuar passos redirecionadores da construção que sequencialmente vem sendo feita, reelaborando os quadros interacionais ou, mesmo dentro dos mesmos quadros interacionais, tornando relevantes outros macrocontextos. A situação social criada pelos participantes é, portanto, sempre uma situação-em-ação que, a cada momento, é elaborada e reelaborada pelos participantes da interação.

Portanto – sendo o microcontexto (o contexto da enunciação) um verdadeiro contexto para a construção do macrocontexto (o contexto sociocultural) - não são os saberes culturais ou os atributos sociais (gênero, classe social, idade, nacionalidade etc...) dos indivíduos que produzem seus comportamentos (verbais e não verbais) de modo automático como se os participantes os seguissem cegamente mas é a situacionalidade que eles mesmos constroem intersubjetivamente a partir da exploração autônoma das regras e normas oriundas dos seus saberes culturais e atributos sociais. São, portanto, os constrangimentos situacionais – também esses criados passo a passo e concertadamente pelos participantes da interação - que estimulam os participantes de uma interação a explorar as regras e normas da vida social de determinada maneira. Negligenciar a situação social como algo que possui parâmetros próprios para a produção e compreensão da realidade ali construída seria então o equívoco maior detectado por Goffman em seu clássico texto “*A situação negligenciada*”:

Atualmente lida-se com a ideia de situação social da maneira mais inconsequente que há. Por exemplo, se alguém está estudando a linguagem da deferência, então as situações sociais aparecem como ocasiões em que estão na presença umas das outras certas pessoas cujas relações são influenciadas pelo *status* de cada uma delas. Portanto, extrai-se uma tipologia de situações sociais direta e simplesmente a partir de deduções estatísticas: superior-inferior, inferior-superior e iguais. E o mesmo pode ser dito a respeito de outros atributos da estrutura social. Subentende-se, então, que as situações sociais não possuem propriedades e estruturas próprias, mas meramente marcam, por assim dizer, a interseção geométrica de atores que produzem fala e atores que carregam certos atributos sociais (2013, pág.16)

2.1 O ponto de vista êmico como contraponto ao ponto de vista ético

É a postura êmica da etnometodologia o que vai fazer com que o pesquisador não negligencie a situação social constituída pelas interações que analisa. O ponto de vista êmico, segundo Kenneth Pike (citado por Paul Ten Have) e o ponto de vista ético se diferenciam justamente por produzirem olhares analíticos opostos sobre os comportamentos das pessoas em relação ao sistema em que se constitui o que se analisa: enquanto o ponto de vista êmico busca um olhar de dentro do sistema criado pelos comportamentos das pessoas em interação – e portanto atento às suas próprias regras enquanto sistema – o ponto de vista ético busca um olhar de fora desse sistema – portanto, negligenciando as regras do sistema criado pelos interagentes concretos: “o ponto de vista ético estuda o comportamento a partir de fora do seu sistema particular e como uma abordagem voltada essencialmente para um sistema de natureza diferente. O ponto de vista êmico é resultado do estudo do comportamento a partir do interior do sistema” (PIKE apud HAVE, 2007, pág 34)

Análises que adotam um ponto de vista ético sobre o comportamento social das pessoas, em detrimento de um ponto de vista êmico, continuam por não contemplar uma perspectiva praxiológica sobre os processos comunicacionais e, por isso, correm o sério risco de continuar a cometer o mesmo equívoco de reificação da realidade percebido nas análises que pensam a comunicação como mera troca de informação (postura epistemológica, seguindo aquela nomenclatura, desenhada por Quéré , que vimos no começo do texto). Como diz Paul Ten Have, sobre a dicotomia entre ético e êmico:

Estes termos foram construídos por analogia com os termos "fonética" e "fonêmica" oriundos da linguística, mas têm uma relevância maior. As categorias da ética são, em princípio, universais. Podem ser formuladas antes de qualquer análise particular, para serem aplicados posteriormente aos casos em questão. As categorias da êmica, por outro lado, estão focadas em uma cultura em particular e são "descobertas" durante as investigações sobre essa cultura particular (2007, pág.34, tradução nossa)

Não adotar, portanto, o ponto de vista êmico, além de ser a base de uma postura antigoffmaniana negligente com os parâmetros da situação social, mostra também subjacentemente, uma arrogância do pesquisador que toma tal atitude, já que este encara as suas próprias categorizações sobre a dimensão sociocultural da vida social como categorias universais, anteriores e hierarquicamente superiores a qualquer modulação categorial realizada pelos participantes de uma interação que constrói uma situação social concreta. Desse modo, mesmo que bem intencionados quando adotam um ponto de vista ético, acabam por cometer os equívocos da arrogância e da produção de uma análise negligente em relação aos constrangimentos situacionais, que encara a comunicação como algo não praxiológico, acabando por reeditar, a seu modo, o equívoco de reificação da realidade visto nas pesquisas que encaravam a comunicação como mera troca de informação.

A postura êmica, ao contrário, evitando os equívocos da arrogância e reificação da realidade, procura criar um terreno produtivo para que se possa perceber quais são os pontos tornados relevantes, pelos participantes de uma situação social concreta, a partir de uma infinidade de dados objetivos da dimensão sociocultural da sociedade e, além disso, perceber também, na construção desses pontos tornados relevantes, negociada passo a passo pelos participantes, quais são os pressupostos ali compartilhados entre eles ou, então, os possíveis dilemas que podem ali surgir. Mesmo que possa haver dados objetivos de uma dimensão sociocultural da vida social, é essa construção negociada passo a passo pelos participantes que vai modular esses dados - inclusive com *dilemas* nessa negociação - de acordo com a situação social concreta por eles construída. São, portanto, os pontos tornados relevantes sobre os focos de atenção dos participantes, assim como os dilemas que surgem na elaboração desses pontos tornados relevantes o que cria a concretização situada de uma cultura-em-ação e uma estrutura-em-ação.

Considerações finais

Tentamos mostrar a importância do ponto de vista êmico para a análise das interações comunicacionais. Abordamos a ideia de que não existe um contexto fixo, dado e objetivo mas sim um processo de contextualização realizado pelos participantes de uma interação. Nesse processo de contextualização, embora não sejam desconsiderados os dados objetivos que compõem a dimensão sociocultural da vida social, os participantes de uma interação comunicacional dispõem de autonomia para lidar com as regras impostas por essa dimensão objetiva, o que faz com que o contexto dali emergido seja sempre uma construção intersubjetiva realizada local e situadamente.

Embora tal visão não seja desconhecida dentro do campo da pesquisa comunicacional, não é raro vermos, ali, um tipo de prática de pesquisa que acaba por obscurecer esse fato. A adoção de um ponto de vista ético, em detrimento do ponto de vista êmico, embora bem intencionado, traz um efeito colateral bastante indesejado: uma interpretação não acurada ou até mesmo equivocada das ações e enunciados produzidos numa interação. A mobilização do contexto do pesquisador em detrimento do contexto dos próprios participantes da interação inevitavelmente irá fazer com que essas análises sejam inacuradas já que, como é consensualmente estabelecido no campo de estudos sobre a linguagem, só podemos atribuir sentidos a ações conversacionais, palavras e frases se levarmos em conta o contexto em que elas se inserem. Negligenciar o contexto em que a linguagem é produzida para, imperialmente, impor o contexto do pesquisador como o único válido na interpretação da linguagem é a demonstração primeira de uma das piores faces do campo acadêmico: a auto categorização como detentores da supremacia do saber.

Referências

- BODEN, D.; ZIMMERMAN, D.,1991. **Talk and social structure**. Cambridge: Polity Press,
- DURANTI, A. & GOODWIN, C. eds., 1997. **Rethinking context: language as an interactive phenomenon**, Cambridge: Cambridge University Press.

GASTALDO, E; WATSON, R., 2015. **Etnometodologia e análise da conversa**. Rio de Janeiro: Editora Vozes

GOFFMAN, E., 2013. A situação negligenciada. *In: Sociolinguística interacional*. São Paulo: Edições Loyola

HAVE (ten), P., 2007. **Doing conversation analysis**: a practical guide, London: Sage.

HESTER, S. & EGLIN, P. eds., 1997. **Culture in action**: studies in membership categorization analysis, Lanham: International Institute for Ethnomethodology and Conversation Analysis & University Press of America.

QUÉRÉ, Louis, 1991, D'un modèle épistemologique à un modèle praxéologique. *In: Réseaux* no 46/47. Paris: Tekhné, mar-abril.

RODRIGUES, A.D., 2011. **O paradigma comunicacional**: história e teorias, Lisboa: Fundação C. Gulbenkian.

SCHEGLOFF, E., 2006. Interaction: The infrastructure for social institutions, the natural ecological niche for language, and the arena in which culture is enacted. In Nicholas J. Enfield & S. C. Levinson, eds. **Roots of human sociality**: culture, cognition and interaction. London: Berg, pp. 70–96.